



O PAPEL DA UNIVERSIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA: UMA ANÁLISE DOS CURSOS DE HISTÓRIA EM SANTA CATARINA¹

Luisa Tombini Wittman²

Stefani Dias³

Kerollainy Rosa Schütz⁴

Rodrigo Ferreira dos Reis⁵

RESUMO: O presente artigo é resultante de um projeto de pesquisa, intitulado *Ensino de História Indígena: realidade, desafios e possibilidades*, que tem como objetivo investigar o ensino da temática indígena nos cursos de História das Instituições de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. O intuito é compreender como a história indígena tem sido trabalhada, posto que a Lei Federal 11.645/08 tornou obrigatório o seu ensino nas escolas brasileiras, sendo responsabilidade das IES formar profissionais que atuarão na Educação Básica. A análise a seguir se centrará sobretudo nos planos de ensino dos professores da disciplina História Indígena (e afins) de seis universidades catarinenses, a saber: UFSC, UDESC, UFFS, UNISUL, UNESC, FURB.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História - História Indígena - Ensino Superior - Lei 11.645/08.

ABSTRACT: This article results from the research *Teaching of Indigenous History: reality, challenges and possibilities*, which aims to investigate the teaching of indigenous in History Courses of the universities of Santa Catarina State. The purpose is to indicate how indigenous history has been taught, since Federal Law 11.645/08 made it compulsory in Brazilian schools and it is the responsibility of the university ies to educate the professionals of basic education.

¹Projeto de pesquisa coordenado e desenvolvido pela Profa. Dra. LuisaTombiniWittmann no Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais (AYA), Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED-UDESC), com a presença dos seguintes discentes bolsistas e voluntários ao longo de dois anos: Stéfani Dias Leite, Daniele Policarpi, Rodrigo Ferreira dos Reis, Kerollainy Rosa Schutz e Cadidja Pinto.

²Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), curso de História e pós-graduação em História. E-mail luwitmann@gmail.com

³ Graduanda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). stefani.dl06@gmail.com

⁴ Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista CAPES. hstkeroll@gmail.com

⁵ Formando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). rodrigodosreis76@gmail.com

The following analysis will focus mainly on the teaching plans of Indigenous History professors of six universities: UFSC, UDESC, UFFS, UNISUL, UNESC, FURB.

KEY-WORDS: History teaching - Indigenous history - Superior teaching - Law 11.645/08.

Após a outorga da Lei Federal 11.645 em 10 de março do ano de 2008⁶, que torna obrigatório o estudo da temática indígena nas escolas, tornou-se necessária para sua implementação uma adaptação do currículo não apenas do ensino fundamental e médio, mas também dos cursos universitários de licenciatura. É fundamental que, desde a formação inicial de professores, se aborde aspectos da(s) história(s) e da(s) cultura(s) das populações originárias para que haja uma efetiva mudança no ensino da temática indígena.

A pesquisa intitulada *Ensino de História Indígena: realidade, desafios e possibilidades* tem como objetivo investigar os conhecimentos relacionados à temática indígena presentes nos componentes curriculares dos cursos de História das Instituições de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina (IES), traçando um panorama das disciplinas específicas em paralelo com o perfil das universidades e dos docentes universitários. O escopo é compreender como a história indígena tem sido (ou não) trabalhada a partir da Lei Federal 11.645/08 nas universidades públicas, comunitárias e privadas catarinenses, tendo em vista a responsabilidade das IES em formar profissionais que atuarão na Educação Básica. No presente texto, serão apresentados alguns dos caminhos traçados pelos docentes das universidades de Santa Catarina a partir da análise sobretudo dos planos de ensino das disciplinas de História e/ou Cultura Indígena.

A temática indígena e seus dispositivos educacionais

⁶ Este dispositivo legal alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecidas em 20 de dezembro de 1996, que já havia sido modificada pela lei n. 10.639 em 9 de janeiro de 2003, que determinou a inclusão no ensino fundamental e médio, público e privado, do ensino de história e cultura afro-brasileira. Segue o texto da Lei Federal 11.645/08: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras”.

Nas últimas décadas do século XX, diversos países da América Latina realizaram reformas em suas constituições federais indicando o reconhecimento da diversidade inerente aos seus territórios, o que acaba por refletir também nas agendas educativas nacionais, como foi o caso do Brasil a partir das alterações das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 2003 e 2008. De acordo com Kelly Russo e Mariana Paladino “até 2003, não houve uma legislação ou qualquer diretriz que definisse políticas para o reconhecimento da diversidade étnico-racial no ensino básico” (RUSSO; PALADINO, 2014, p. 33-36). Portanto, a Lei 10.639/2003 constitui uma medida inaugural que, através da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, passa a delimitar um espaço importante no campo do ensino, alargado com a inclusão da temática indígena na Lei 11.645/2008. Nesse sentido, são extremamente significativas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, instituídas em 17 de junho de 2004.

Resultantes da luta do movimento negro, a Lei 10.639/2003 e as Diretrizes subsequentes de 2004 apresentam determinações específicas para o ensino de histórias e culturas afro-brasileiras e africanas, além de explicitar a necessidade de uma postura de combate ao racismo pelo Estado Brasileiro. O texto das diretrizes evidencia a desigualdade racial histórica no Brasil, além de apontar para a importância de medidas de reparação social, especificamente através da educação. Percebido de forma ampla, temos um combate ao racismo via educação que visa romper com preconceitos sofridos por sujeitos marginalizados, entre eles os indígenas. O questionamento das tradições eurocêntricas do currículo escolar brasileiro e das visões estereotipadas acerca das populações de origem africana e indígena demonstram uma intenção sócio-educacional de transformação de consciências históricas estudantis e reeducação das relações étnico-raciais.

No campo específico do ensino de história indígena, um despacho do Ministro da Educação homologou o parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) no dia 18 de abril de 2016, assunto *Diretrizes Operacionais para a Implementação da História e das Culturas dos Povos Indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n. 11.645/2008*. É uma conquista (mesmo que tardia) a existência de diretrizes específicas para o ensino da temática indígena, infelizmente ameaçada pela atual conjuntura política brasileira. O documento aponta, por exemplo, para a importância de

medidas como a produção de materiais didáticos em consonância com a lei, porém destacamos aqui seu posicionamento em relação à formação de professores:

A inserção dos conteúdos referentes a essa temática nos currículos das instituições de Educação Básica tem rebatimentos diretos na Educação Superior, principalmente nos cursos destinados à formação de professores, bem como na formação de outros profissionais ligados ao desenvolvimento educacional e cultural (DIRETRIZES, 2016).

Além de reforçarem o que já havia sido estabelecido pela lei federal - a obrigatoriedade do estudo da temática indígena em todo o currículo escolar -, as diretrizes apontam também para a necessidade da formação adequada de professores. Essa formação deve possibilitar aos alunos (as) compreender, por exemplo, que os povos indígenas no Brasil são muitos e variados, incentivar o reconhecimento de seus direitos e a ruptura dos estereótipos que incitam violências físicas, simbólicas e materiais.⁷

É evidente a necessidade de pensar mudanças no ensino básico que estejam articuladas com o Ensino Superior, o que inclui a incorporação de novas abordagens e perspectivas de ensino-aprendizagem, a inclusão de disciplinas nos cursos de graduação e a produção de novos conhecimentos no que diz respeito à diversidade de culturas e histórias indígenas. Como bem salientou Clovis Brighenti, “busca-se por meio de leis e políticas públicas a participação equânime dos diferentes setores sociais e culturais nas diversas instâncias de formação e tomadas de decisões.” (BRIGHENTI, 2015). A Lei 11.645/08, portanto, pauta-se no combate ao racismo através de uma pedagogia inclusiva que contribua, entre outras questões, para a valorização da agência histórica e do conhecimento próprio dos indígenas.

É importante destacar que esses dispositivos legais educacionais são resultado da luta de movimentos negros e indígenas e da ação de educadores engajados em evidenciar o protagonismo desses povos na história do Brasil. Trata-se de um impacto importante ocorrido sobretudo nas últimas décadas no campo da história, possibilitando, por vezes, a intersecção teórica e metodológica com diferentes áreas como a Antropologia.⁸ Os historiadores passaram

⁷Conforme a Constituição Federal de 1988 (artigo 231), os indígenas têm direito originário sobre as terras que ocupam, à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Documentos internacionais específicos sobre os povos indígenas – entre eles a Convenção n. 169/89 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – também asseguram que “os povos indígenas têm direito a que a dignidade e a diversidade de suas culturas, tradições, histórias e aspirações sejam devidamente refletidas na educação pública e nos meios de informação públicos” (ONU, 2007, art. 15).

⁸ Não podemos esquecer das possibilidades de debate com outros campos como o Direito, a Linguística, a Arqueologia e a Geografia, para citar somente alguns. Fica evidente que o caráter complexo do estudo dos povos indígenas o torna um campo rico em possibilidades de interdisciplinaridade.

a questionar a premissa oitocentista de que para os povos indígenas “não há história, apenas etnografia”, como postulou Francisco Adolfo de Varnhagen. De acordo com John Monteiro, áreas como a chamada Nova História Indígena ou a Antropologia Histórica passam a se utilizar do conceito de agência, que percebe a ação consciente dos sujeitos indígenas através de estratégias e perspectivas de futuro construídas por desafios do presente, sejam eles pautados ou não por relações com não-indígenas. Ocorre, portanto, uma mudança de perspectiva epistemológica que alarga inclusive as fontes históricas para reconstruir o passado.

Os historiadores e antropólogos passaram a adotar como fonte de confiança outros gêneros de discurso histórico, tais como os mitos e outras narrativas das tradições orais. O conjunto desses estudos recentes, enriquecendo o conhecimento do passado das sociedades que vivenciaram a penetração da expansão européia, ao mesmo tempo tem obrigado os antropólogos e historiadores a reverem seus próprios conceitos e preconceitos (MONTEIRO, 1995, p. 227).

A concepção de agência (e de qualquer conceito que compreenda as ações dos indígenas nos processos históricos) e os conhecimentos dos povos indígenas são fundamentais na construção de uma educação de fato intercultural, que envolve a conquista e a real efetivação de ações afirmativas e de leis como a 11.645/2008, além do direito à terra garantido pela Constituição Federal de 1988. A formação de uma sociedade mais inclusiva, portanto, necessita da superação da exclusão a partir de novas concepções de ensino-aprendizagem. É urgente superar a concepção positivista/evolucionista resultante do processo colonialista de nossa história ultrapassando os estereótipos ainda vigentes acerca das populações indígenas (e de origem africana) em uma sociedade que tem como marca a diversidade. Neste sentido, entendemos ser essencial a discussão de bibliografias e de outros materiais produzidos pelos próprios indígenas em salas de aula de escolas e universidades.

As instituições universitárias e suas documentações pesquisadas

As formas de definir e planejar os conteúdos abordados no ensino superior são diversas. Há documentos, como o projeto de curso, que tratam das intenções de uma instituição a partir de pressupostos pedagógicos, políticos, teóricos e metodológicos específicos, além de apresentar a instituição e seus cursos como um todo. Outros documentos referem-se mais às práticas e aos métodos de ensino aplicados em sala de aula, como é o caso dos planos de ensino de cada disciplina. Neles, os conhecimentos do professor em relação à determinadas temáticas são mobilizados a partir do que lhe é considerado pertinente, bem como pelas orientações da própria universidade. Assim, como bem pontua Celso dos Santos Vasconcellos, a construção

do plano de ensino requer conhecimento de documentos como os projetos de curso, dos parâmetros pré-estabelecidos que constituem a instituição:

O planejamento se coloca no campo da ação, do fazer; todavia, não parte do nada: existem definições prévias (teoria, valores, etc.) que precisam ser explicitadas. O Projeto de Ensino-Aprendizagem está atrelado a uma concepção de educação que, por sua vez, está relacionada às concepções de conhecimento e de currículo. Estas concepções devem constar do Projeto Político-Pedagógico da instituição (VASCONCELLOS, p. 98, 2002).

Há, portanto, uma articulação de objetivos que partem tanto do nível nacional, como é o caso da lei 11.645/2008, quanto de concepções mais específicas à instituição universitária e aquelas próprias do professor (a). A legislação educacional, os projetos dos cursos de História e os planos de ensino das disciplinas, portanto, se tornaram fontes documentais de análise da presente pesquisa.

Outra característica importante do plano de ensino, como o próprio nome já diz, é que se trata de um planejamento, e não de uma descrição de todas as atividades que serão desenvolvidas na disciplina. Sua função, nas palavras de Vasconcellos, é “dar uma referência de conjunto” a partir de objetivos considerados importantes pelo (a) professor (a). Assim, trata-se de um documento de referência, de um planejamento passível a adaptação⁹ conforme demandas específicas e o perfil de cada turma. Assim, além de ser um planejamento do docente, o plano de ensino também é um documento para os (as) alunos (as), uma forma de orientar o andamento da disciplina. Por isso, nele também devem estar especificados os objetivos, a metodologia, as formas de avaliação e a bibliografia.

Ao analisar planos de ensino na prática de pesquisa, buscamos apresentar um panorama que possibilite refletir sobre o ensino da temática indígena nos cursos de História do Estado de Santa Catarina. Foram levantados dados de doze instituições de ensino superior, de diferentes regiões do estado. Dentre elas, cinco universidades, o que corresponde a 42% do total, adaptaram seu currículo e incluíram uma disciplina de História e/ou Culturas Indígena, a saber: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade do Sul de Santa

⁹ Outra característica importante para elaboração de um plano de ensino, segundo Vasconcellos, é o conhecimento do objeto, ou seja, da temática da qual trata a disciplina, para que o professor também tenha dimensão das representações que os alunos têm daquela temática, possibilitando que os objetivos do plano de ensino (re)pensem a realidade dos alunos. A formação adequada do professor em relação a temática ensinada possibilita, caso seja necessário, a adequação de novas estratégias que partem das necessidades dos alunos em relação a disciplina, o que também faz com que o plano de ensino torne-se um documento adaptável.

Catarina (UNISUL) e Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). No entanto, ao analisar o currículo da Universidade de Blumenau (FURB), viu-se a necessidade de incluir na análise o plano de ensino da disciplina Ensino de História, Transversalidade e Interdisciplinaridade, posto que parte dele versa sobre o ensino de história indígena.

Ao longo de dois anos de pesquisa foram realizadas coleta, organização e análise de documentação referente à temática indígena em instituições de ensino superior catarinenses. Centramos a investigação nos projetos de curso (projeto político-pedagógico ou projeto pedagógico do curso) e nos planos de ensino das disciplinas de história e cultura indígena, além da produção e atuação dos professores (as) das disciplinas. Percebeu-se que o ensino de história indígena é um campo significativo explorado nas disciplinas, em consonância com o contexto atual, impulsionado, entre outras coisas, pela Lei 11.645/2008. As formas de avaliação também nos pareceram interessantes para investigação, posto que muitas das propostas focam na prática docente. Esses são, portanto, os eixos norteadores da análise a seguir, articulados com a agência histórica e as narrativas indígenas, que entendemos como essenciais na formação do licenciando em História.

UFFS	UFSC	UDESC	UNISUL	UNESC	FURB
História Indígena	História Indígena	História Indígena	Cultura Indígena no Brasil	História e Culturas Indígenas	Ensino de História, Transversalidades e Interdisciplinaridade
2 fase	3 fase	6 fase	3 fase	4 fase	5 fase

Tabela 1. Universidade - Disciplina - Fase do curso que a disciplina está situada.
As universidades destacadas em verde são públicas e as destacadas em vermelho são comunitárias.
Fonte: produção dos autores.

De acordo com artigo que analisa os projetos dos cursos de História das universidades públicas catarinenses, resultante desse mesmo projeto de pesquisa, nota-se a manutenção de um modelo quadripartite francês com cunho historiográfico predominantemente eurocêntrico. Houve, no entanto, a inclusão da disciplina de História Indígena nas matrizes curriculares, sendo que todas enfatizam a relevância da implementação da Lei 11.645/08 e se propõem a articular as questões de ensino com o conteúdo histórico, fortificando assim a formação desses alunos enquanto futuros professores responsáveis e conscientes de sua atuação profissional na sociedade

brasileira contemporânea. No caso das universidades comunitárias e privadas percebemos matrizes com características distintas, não possíveis de serem exploradas aqui, e apenas em algumas delas a inclusão de disciplinas específicas relacionadas à temática indígena, porém também com significativo foco no ensino. Portanto, a seguir, analisar-se-á os planos de ensino por meio da forma como cada professor(a) explora o ensino de história indígena.

O ensino de história indígena nos planos de ensino

Para que a análise dos planos de ensino da disciplina História Indígena não se apresente de forma descritiva, será evidenciado o modo como os professores se propõe a trabalhar o ensino de história indígena com seus alunos (as) por meio de conteúdos, atividades e avaliações, articulando-as com reflexões sobre agência indígena. Apesar das distinções evidentes nas propostas e mesmo na produção individual dos docentes, a agência indígena em diferentes temporalidades e regiões do Brasil se mostrou frequente nos planos de ensino analisados. No entanto, entendemos que seria importante que mais produções indígenas fossem trabalhadas nas disciplinas. É importante o reconhecimento dos indígenas enquanto agentes transformadores da história, mas mais do que isso, também como produtores de conhecimento. Como nos lembra Casé Angatu, indígena Tupinambá:

É fundamental oferecer prioridade à formação de professores nos cursos de graduação em História relacionando a historiografia com o ensino. Nesse caso específico da aplicação da Lei 11.645/2008, na nossa compreensão, é imperativo enfrentar os descompassos entre ensino, produção do conhecimento e saberes/vivências indígenas. (SANTOS, 2015, p. 203)

No plano de ensino da disciplina de História Indígena da UDESC, propõe-se pesquisa, apresentação e divulgação em redes sociais de narrativas indígenas, que compreende a escolha de um material que pode ser musical, fílmico, literário, audiovisual, entre outros, desde que produzido por indígenas. As narrativas ficam disponíveis no grupo da disciplina *História Indígena - UDESC* no facebook, ficando assim acessível aos estudantes e interessados na temática. Essa atividade acaba por instigar os alunos a conhecer e valorizar a produção dos próprios indígenas, sejam elas acadêmicas ou não.

Ainda dentre as atividades descritas como avaliativas nos planos de ensino analisados, são significativas as propostas de produção de materiais didáticos nas disciplinas ministradas

pelas professoras doutoras Deisi Scunderlick Eloy de Farias¹⁰ (UNISUL) e Luisa Tombini Wittmann¹¹ (UDESC). Sob a orientação das docentes, o material produzido pelos alunos (as) tem potencial para ser utilizado tanto no estágio docência quanto em sala de aula, quando se tornarem professores. Destacamos a produção de jogos analógicos e digitais, que tem potencial para envolver alunos (as) de diversas idades, tornando-os partícipes do processo de ensino-aprendizagem de maneira lúdica. Essa forma de avaliação colabora na formação dos futuros professores do ensino básico ao possibilitar que utilizem materiais didáticos produzidos por eles mesmos sobre a temática indígena, combatendo dois dos maiores desafios inerentes à implementação da Lei 11.645/08, a saber: formação na área e materiais didáticos atualizados.

Em relação ao ensino, as professoras doutoras Ana Lúcia VulfeNötzold¹² (UFSC) e Deisi Farias prevêem a elaboração de planos de aula relacionados à temas definidos nos planos de ensino de cada uma. No caso da UFSC, exige-se construção, entrega e apresentação da proposta em aula, indicada como “micro-aula”, o que possibilita aos estudantes praticar elementos essenciais da docência, como a leitura de bibliografias específicas, o planejamento de aula e a capacidade de explanação da temática abordada em uma aula expositivo-dialogada.

A professora Juliana Mello de Moraes¹³ (FURB) e o professor João Alberto Ramos

¹⁰ A Profa. Deisi Scunderlick Eloy de Farias, pós-doutoranda em Arqueologia pela USP e professora da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), possui formação acadêmica nas áreas de História e Arqueologia. Coordenadora do GRUPEP- Arqueologia, desenvolve projetos em sítios arqueológicos e sítios funerários no Litoral Sul-Catarinense, trabalhando com povos do tronco linguístico Jê e com Sambaquieiros. Além disso, a professora publicou materiais didáticos relacionados às populações originárias.

¹¹ A Profa. Luisa Tombini Wittmann é doutora em História pela UNICAMP e professora do curso de História e pós-graduação em História da UDESC. Suas pesquisas situam-se no campo da Nova História Indígena, porém abarcam diferentes temas, períodos e regiões do Brasil. Em 2015, organizou o livro Ensino (d)e História Indígena, finalista do prêmio Jabuti na categoria Educação e Pedagogia. Dentre os projetos de extensão que coordena, destaque para “História dos Índios no Brasil”, curso gratuito e *online* de formação continuada para professores, e produção de audiovisuais sobre a temática indígena.

¹² A Profa. Ana Lúcia VulfeNötzold é doutora em História pela *Université de Poitiers* (França), professora titular da UFSC (orientadora de mestrado e doutorado na Linha de Pesquisa História Indígena, Etno-história e Arqueologia do PPGH) e coordenadora do LABHIN (Laboratório de História Indígena). Com ampla experiência no campo da Etno-História, com trabalhos sobretudo junto ao povo Kaingang, é autora e organizadora de materiais didáticos e paradidáticos para escolas não-indígenas e indígenas e docente de cursos voltados à professores indígenas.

¹³ A Profa. Juliana Mello de Moraes é doutora pela Universidade do Minho (Portugal), pós-doutora pela Universidade de Lisboa e professora da Universidade Regional de Blumenau (FURB). É especialista em História do Brasil colônia e Portugal na Era Moderna. Atualmente, leciona no curso de História as seguintes disciplinas, todas com discussões pertinentes à história indígena: História do Brasil I, América I e II e Ensino de História, Transversalidade e Interdisciplinaridade, que aborda além do ensino de história indígena, o ensino de história de África e afro-brasileira.

Batanolli¹⁴ (UNESC) propõem investigar as representações das populações indígenas presentes nos livros didáticos. Esse tipo de abordagem incentiva a compreensão e a análise dos livros didáticos como documentos históricos estimulando, portanto, que os futuros professores trabalhem a temática indígena com criticidade. O intuito é refletir sobre o uso desses materiais textuais e imagéticos em sala de aula, em busca de romper com o estereótipo do “índio”. O que pode ocorrer também através de visitas às aldeias indígenas, proposta incorporada nos planos de ensino da UNESC e da UFFS.

Por fim, através da análise do plano de ensino disciplina de História Indígena da UFFS, percebemos um caso específico que nos leva a relacionar os documentos analisados a partir de um contexto maior, ao qual a universidade está inserida. Portanto, mais do que aparece num dos objetivos específicos, indicando a realização de “atividades de prática pedagógica e ensino de história indígena”, fica evidente no planejamento da disciplina o enfoque nas questões ligadas à resistência indígena. O objetivo geral do plano de ensino propõe “conhecer as abordagens e discussões historiográficas e antropológicas sobre o povoamento indígena, contribuindo para o entendimento da situação atual e das reivindicações das diferentes etnias indígenas”, e entre os específicos “expor os temas sobre a história indígena do sul do Brasil e da região oeste, em particular”. Esta perspectiva condiz com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em História da UFFS, que se posiciona buscando um “diálogo sistemático com os movimentos sociais” (UFFS, 2013, p. 7) e especificamente com a região de Chapecó, que tem a maior terra indígena do estado de Santa Catarina, majoritariamente Kaingang. Dessa forma, o professor Jaisson Lino¹⁵ incentiva uma reflexão que condiz com a realidade específica da região do Oeste Catarinense e com as demandas sociais dos indígenas.

Considerações finais

¹⁴ O Prof. João Alberto Ramos Batanolli tem graduação e especialização em História pela PUC-RS e mestrado em Ciências Ambientais pela UNESC. Atualmente, leciona as disciplinas História Indígena, Antropologia, Filosofia, dentre outras, e é membro do Núcleo de Estudos Étnico-raciais, Afro-brasileiros, Indígenas e de Minorias - NEAB na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

¹⁵ O Prof. Jaisson Teixeira Lino é doutor pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro (UTAD, Portugal), pós-doutor pela *Universiteit van Amsterdam* (UvA, Holanda) e pertencente ao quadro de docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Tem formação em História e Arqueologia, sendo o esforço interdisciplinar marca de seu trabalho, o que proporciona estabelecer relações entre povos “pré-coloniais e históricos”, sobretudo nas disciplinas Arqueologia Pré-Histórica e História Indígena. Seus trabalhos trazem a defesa de uma arqueologia politicamente engajada e colaborativa, com a participação dos indígenas.

Estudar a história dos povos indígenas é estudar a nossa própria história. Porém, infelizmente, passada quase uma década após a Lei 11.645/08, os indígenas por vezes ainda são mencionados apenas no dia 19 de Abril, conhecido como “dia do índio”, e apresentados através de estereótipos e preconceitos produzidos por um saber eurocentrado. Muitos acreditam que os mesmos estão desaparecendo, ou até mesmo que não são mais indígenas, pois não trajam cocares, nem vivem em ocas localizadas em florestas. Segundo Edson Silva,

O desconhecimento sobre a atual situação dos povos indígenas, está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico com um biótipo formado por características correspondentes aos indivíduos dos povos nativos habitantes na Região Amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores das florestas, de culturas exóticas etc. Ou também imortalizados pela literatura romântica produzida no século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais. (SILVA, 2002, p. 46).

Infelizmente, a escola ainda aplica “uma sistemática de silenciamento (...) que, de antemão, justifica uma lei que institui a obrigatoriedade do estudo na perspectiva de mostrar esses povos que resistem a investidas violentas de colonização que perduram por mais de cinco séculos”. (BERGAMASCHI, 2010, p. 154). Desta forma, se faz urgente e necessária a desnaturalização e a ampliação dos nossos olhares sobre os povos indígenas, a desconstrução de um saber hegemônico que comumente nos é apresentado, e principalmente, a reestruturação dos currículos nas universidades, em especial dos cursos de licenciatura, a fim de se contemplar a obrigatoriedade da Lei 11.645/08. Assim serão formados profissionais, sobretudo professoras e professores, que estejam preparados para ensinar a temática indígena, possibilitando a construção de um conhecimento e de um saber decolonizado, e de uma sociedade mais democrática que valoriza a diversidade cultural. Conforme coloca a Pedagoga Nilma Lino Gomes¹⁶

Assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças. Representa não somente fazer uma reflexão mais densa sobre as particularidades dos grupos sociais, mas, também, implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a nossa visão de democracia. (GOMES, 2002, p. 29-30).

¹⁶Nilma Lino Gomes é pedagoga e foi a primeira mulher negra a exercer o comando de uma universidade federal. Em sua obra *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*, a mesma elabora uma reflexão acerca da necessidade da reestruturação de um currículo que contemple e valorize a Diversidade Étnica existente no Brasil. Foi ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do governo Dilma Rousseff.

Desta forma, a análise de um currículo se faz importante para que possamos entender como o mesmo é construído, para quem, por quem e por quê, quais os conhecimentos que neles estão recortados e selecionados e como podemos produzir e/ou reproduzir identificações e subjetivações a partir do conhecimento que ele coloca como legítimo. Assim, se faz importante pensar em uma educação que se desvincule do saber imposto pelos grupos hegemônicos, que contemple as diversas vivências e experiências dos povos indígenas nos diferentes processos históricos, valorizando suas diversidades. Necessita-se ressaltar que o currículo é visto como um artefato social, cultural e histórico, decorrente das transformações das sociedades. Como descreve Gimeno Sacristán, “ordenar a distribuição do conhecimento através do sistema educativo é um modo não só de influir na cultura, mas também em toda a ordenação social e econômica da sociedade.” (SACRISTÁN, 1998, p. 108).

Pensar o ensino da temática indígena para a formação de estudantes não-indígenas sejam eles do ensino escolar básico ou à nível superior exige do professor e da instituição vigente uma grande responsabilidade e respeito para com os diferentes povos originários, que englobam desde as demandas sócio-políticas quanto suas cosmo visões. Neste sentido, a conquista de um aparato legal como a Lei 11.645/08 e as Diretrizes demonstram que o esforço do movimento indígena e de profissionais da área da educação na busca por uma formação mais igualitária e que reflita a pluralidade da sociedade brasileira, vem exercendo um papel fundamental nesse espaço de enfrentamento que é a educação no Brasil. A luta é contínua na construção e manutenção de valores democráticos em todos os espaços públicos da nossa sociedade. Assim inspiram Edson Kayapó e Tamires Brito:

Está lançado o convite para emprendermos um caminho docente que repense a natureza e o lugar da nossa atividade de professor na educação básica, assumindo o compromisso social e político próprio do ofício, buscando avançar na produção de outras histórias, baseadas em outras memórias dos povos indígenas, ancoradas na relação temporal presente-passado e presente-futuro. (KAYAPÓ, BRITO, 2014, p. 41).

Há uma carência no uso de materiais que contemplem a história indígena, no geral, sobretudo de narrativas próprias dos indígenas. A escolha de determinados textos ao invés de outros nos revela as relações de poder e interesses no recorte e na seleção de conhecimentos descritos nos currículos. Nesse sentido, é importante destacar um aspecto preocupante sobre a bibliografia utilizada nas disciplinas analisadas. Há referência constante nos planos de ensino

de autores como Manuela Carneiro da Cunha e John Manuel Monteiro, porém poucos indígenas são citados nas bibliografias. Os estimados Gersem Baniwa e Davi Kopenawa estão presentes nos planos tanto da UFSC quanto da UDESC, que cita outros pensadores indígenas. Na UNISUL, na disciplina Cultura Indígena no Brasil, são trabalhadas hiperfídias produzidas por indígenas como indiosonline.net, mulheresindigenas.org e jovensindigenas.org.br, o que enriquece a discuss3o sobre culturas indigenas e contemporaneidade.

O ensino de hist3rias e culturas indigenas nas instituicoes de ensino superior apresenta um avanço, porém ainda pequeno. A averiguaç3o de que menos de cinquenta por cento das Universidades do Estado de Santa Catarina inclu3ram disciplinas espec3ficas para o ensino da tem3tica indigena no curr3culo dos cursos de Hist3ria reflete o quanto temos ainda que avançar. Inclusive no alargamento das discuss3es para al3m da disciplina espec3fica de Hist3ria Indigena, sem trabalhar a tem3tica de forma fragmentada, perpassando, portanto, outras disciplinas da matriz curricular. Al3m da atenç3o das universidades para o ensino de hist3ria indigena, outras medidas s3o fundamentais, como a implementaç3o de açoes afirmativas que possibilitem o ingresso e a perman3ncia de estudantes e de professores indigenas n3o s3o no campo da Hist3ria ou das Ci3ncias Humanas em geral.

3 necess3rio e urgente que a sociedade brasileira reflita sobre a diversidade indigena, afinal, s3o mais de trezentos povos origin3rios no Brasil. Isso possibilita ir al3m de quest3es b3sicas e gerais, aprofundando aspectos espec3ficos da hist3ria e da cultura de povos distintos. E, para al3m disso, incorporar perspectivas indigenas em diferentes 3reas. Em que medida as epistemologias indigenas nos fazem (re)pensar nossa pr3tica e (re)construir o conhecimento? Quest3es como essa evidenciam o quanto o caminho 3 longo, mas frut3fero. Principalmente se de fato aprendermos com os indigenas sobre sua pr3pria hist3ria, sobre a nossa hist3ria.

Refer3ncias bibliogr3ficas

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indigenas e ensino de Hist3ria: a Lei 11.645/2008 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Vera L3cia Maciel [et al.]. Ensino de Hist3ria: desafios contempor3neos. Porto Alegre: Ediç3es EST; Anpuh/RS, 2010, p. 151-168.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Decolonialidade, ensino e povos Indigenas: uma reflex3o sobre a Lei n3 11.645. Anais do XXVIII Simp3sio Nacional de Hist3ria. Florian3polis: Anpuh, 2015. p. 1-9.
http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1461007755_ARQUIVO_Artigo_XXVIII_SNH.pdf

GOMES, Nilma Lino (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

KAYAPÓ, Edson. BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena na Brasil: o que a escola tem a ver com isso? Mneme Revista de Humanidades. Caicó, v. 15, n. 35, p. 38-68, jul/dez de 2014. <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da.; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Orgs.). A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001. Aprova a Diretriz Curricular Nacional do Curso de História. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

RUSSO, Kelly; PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a Lei 11.645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola. Revista Fórum Identidades. Itabaiana, v. 16, p. 31-60, julho de 2014. <https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/4260>

SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos (Casé Angatu). “Histórias e culturas indígenas” - alguns desafios no ensino e na aplicação da Lei 11.645/2008: de qual história e cultura indígena estamos mesmo falando? História e Perspectivas. Uberlândia, 53, p. 179-209, jan/jun. de 2015. <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/32772/17715>

SILVA, Edson. Povos Indígenas em Ensino de História: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. História & Ensino. Londrina, v. 8, p. 45-62, 2002. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12228>

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico - elementos metodológicos para elaboração e realização. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

WITTMANN, Luisa Tombini; SOUZA, Daniele Policarpi de; REIS, Rodrigo Ferreira dos. A temática indígena nas universidades públicas catarinenses: uma análise dos projetos pedagógicos dos cursos de História. Anais do XVI Encontro Estadual de História. Chapecó: Anpuh, 2016, p. 1-12. http://www.encontro2016.sc.anpuh.org/resources/anais/43/1464639230_ARQUIVO_Atematicaindigenasuniversidadespublicascatarinenses.pdf